

CONTATO COM A MÍDIA: press@worldjusticeproject.org

Angola ocupa a 115ª Posição entre 142 no World Justice Project Rule of Law Index

- O *WJP Rule of Law Index*® de 2024 constata que o Estado de Direito caiu em todo o mundo pelo 7º ano consecutivo
- O progresso está a se sobressair na luta contra a corrupção
- A pontuação de Angola teve um aumento, se posicionando no 21º lugar entre 34 a nível regional

WASHINGTON (23 de outubro de 2024) –Pelo sétimo ano consecutivo, o Estado de Direito sofreu declínios na maioria dos países, de acordo com o [World Justice Project \(WJP\) Rule of Law Index 2024](#).

No ano passado, o Estado de Direito sofreu um retrocesso em 57% dos países inquiridos. No entanto, Angola está entre a minoria dos países que viram o aumento do seu *WJP Rule of Law Index* neste ano.

Neste ano, a pontuação global do Estado de Direito na Angola teve um aumento de menos de 1% no Índice. A nível mundial, o país ocupa o 115º lugar entre 142 países.

Regionalmente, a Angola ocupa o 21º lugar entre 34 países na África Subsaariana. * O melhor desempenho da região é o de Ruanda (classificado em 40.º lugar entre 142 países em todo o mundo), seguido por Namíbia e das Ilhas Maurícias. Os três países com as pontuações mais baixas na região são os Camarões, o Sudão e a República Democrática do Congo (136.º a nível mundial).

No ano passado, 21 dos 34 países da África Subsaariana registaram um declínio. Destes 21 países, 14 também registaram uma diminuição no ano anterior.

Entre os países de rendimento médio-baixo, num total de 38, a Angola ocupa a 22ª posição.**

Angola e as tendências globais

Desde 2016, 77% dos países estudados foram afetadas pela recessão global do Estado de Direito.

A nível mundial, os declínios foram motivados maioritariamente por tendências autoritárias. Entre 2016 e 2024, o fator do índice que avalia os direitos fundamentais sofreu um retrocesso em 81% dos países.

Nos últimos sete anos, as pontuações do Índice de Restrições aos Poderes do Governo caíram em 77% dos países. Em todo o mundo, legislaturas, judiciários e a sociedade civil, entre eles, a mídia, perderam espaço na fiscalização do poder executivo, conforme o Índice está a mostrar.

Embora estas e outras tendências autoritárias tenham desacelerado um pouco no ano passado, elas se expandiram em 2024. A Angola não está entre os 63% de países onde os direitos fundamentais tiveram um declínio no último ano. A Angola está entre os 59% de países onde houve uma diminuição das restrições aos poderes do governo no ano passado.

Apesar deste declínio em todo o mundo, o número de países que sofreu declínios gerais no Estado de Direito, neste ano (57%) foi menor em comparação com os dois últimos (59% e 61%).

Uma das razões é o facto de terem sido feitos alguns progressos em todo o mundo na luta contra a corrupção entre 2023 e 2024. Este ano, 59% dos países viram a melhoria das suas pontuações no Índice de Ausência de Corrupção, incluindo a Angola.

“Após anos de declínio do Estado de Direito, pode ser fácil focar no negativo. Mas fazê-lo seria ignorar as realizações no combate à corrupção e o trabalho árduo que está a ser feito para melhorar os sistemas de justiça em todo o mundo”, **Cofundador e Presidente da WJP, William H. Neukom** disse. “Devemos redobrar os nossos esforços na expansão das vitórias obtidas pelo Estado de direito em todas as áreas.”

Classificações globais

A nível global, o país com melhor classificação *WJP Rule of Law Index* em 2024 é a Dinamarca, seguida pela Noruega, Finlândia, Suécia e Alemanha. O país com a pontuação mais baixa é a Venezuela, seguida do Camboja, Afeganistão, Haiti e Myanmar.

Classificações do WJP Rule of Law Index da Angola

Pontuação geral classificação global: 115 / 142

Pontuação geral classificação regional: 21 / 34

Classificações de pontuação de fatores:

FATOR	CLASSIFICAÇÃO GLOBAL	CLASSIFICAÇÃO REGIONAL*	CLASSIFICAÇÃO DE RENDA**
Restrições aos Poderes do Governo	110/142	21/34	22/38
Ausência de Corrupção	81/142	8/34	7/38
Governo Aberto	118/142	21/34	25/38
Direitos Fundamentais	124/142	29/34	29/38
Ordem e Segurança	119/142	22/34	31/38
Aplicação da Regulamentação	111/142	20/34	22/38
Justiça Civil	109/142	19/34	24/38
Justiça Criminal	102/142	20/34	22/38

(1 é a melhor posição nas classificações do WJP Rule of Law Index)

Para ver o desempenho de Portugal em todos os 44 subfactores que são avaliados pelo Índice, visite: www.worldjusticeproject.org/rule-of-law-index/country/2024/Angola

Explore as classificações e aferições completas do World Justice Project (WJP) Rule of Law Index em 2024 ao aceder: www.worldjusticeproject.org/rule-of-law-index/.

###

- Para aceder ao comunicado de imprensa global e a todos os 142 comunicados de imprensa nacionais por região, clicar [aqui](#).
- Para aceder ao *WJP Rule of Law Index de 2024* e o livreto “Insights”, clicar [aqui](#).
- Veja gráficos (classificações regionais, classificações globais e mapas comparativos) [aqui](#).

CONTATO COM A MÍDIA E PEDIDOS DE ENTREVISTAS:

press@worldjusticeproject.org

SOBRE O WJP RULE OF LAW INDEX:

O [World Justice Project \(WJP\) Rule of Law Index®](#) é a principal fonte mundial de dados originais e independentes sobre o Estado de Direito. Abrangendo agora 142 países e jurisdições, o Índice baseia-se em mais de 214.000 inquéritos a agregados familiares e 3.500 inquéritos a peritos jurídicos para avaliar a forma como o Estado de Direito é percebido e visto em todo o mundo. Publicado anualmente desde 2009 e sujeito a uma metodologia rigorosa, o Índice é utilizado por governos, organizações multilaterais, empresas, universidades, meios de comunicação social e

organizações da sociedade civil em todo o mundo para avaliar e abranger lacunas no Estado de Direito.

SOBRE O WORLD JUSTICE PROJECT:

O World Justice Project (WJP) é uma organização independente, apartidária e multidisciplinar que trabalha para a criação de conhecimento, conscientização e também na estimulação de ações para promover o Estado de Direito em todo o mundo.

Um Estado de Direito eficaz reduz a corrupção, combate a pobreza e a doença e protege as pessoas de grandes e pequenas injustiças. É a base do desenvolvimento, da governação responsável e do respeito pelos direitos fundamentais além de ser também o alicerce das comunidades de justiça, saúde, oportunidades e paz.

O World Justice Project define o Estado de Direito como um sistema durável de leis, instituições, normas e comprometimento comunitário que confere: responsabilização, leis justas, governo aberto e justiça acessível. Saiba mais sobre esses quatro princípios universais e nosso trabalho em: www.worldjusticeproject.org.

*Países e jurisdições aferidos na região da África Subsaariana: Angola, Benim, Botswana, Burkina Faso, Camarões, Costa do Marfim, República Democrática do Congo, Etiópia, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Quênia, Libéria, Madagascar, Malawi, Mali, Mauritânia, Maurícias, Moçambique, Namíbia, Níger, Nigéria, República do Congo, Ruanda, Senegal, Serra Leoa, África do Sul, Sudão, Tanzânia, Togo, Uganda, Zâmbia, Zimbabué.

**Países e jurisdições com rendimentos médios-baixos: Argélia, Angola, Bangladesh, Benim, Bolívia, Camboja, Camarões, Costa do Marfim, Egito, Gana, Guiné, Haiti, Honduras, Índia, Irã, Jordânia, Quênia, Quirguistão, Líbano, Mauritânia, Mongólia, Marrocos, Mianmar, Nepal, Nicarágua, Nigéria, Paquistão, Filipinas, República do Congo, Senegal, Sri Lanka, Tanzânia, Tunísia, Ucrânia, Uzbequistão, Vietnam, Zâmbia, Zimbábue.